

# A GEOGRAFIA SERVE PARA DESVENDAR MÁSCARAS SOCIAIS\*

*Ruy Moreira*

distinguir a essência nas aparências..." (Marx)

Nelson Werneck Sodré chamou atenção, em livro recente, para o uso ideológico da geografia pelo capitalismo no decorrer do colonialismo e do imperialismo. Mas o que nele expõe, acerca do determinismo geográfico e da geopolítica, nem de longe se compara com a manipulação, de que é hoje objeto o espaço geográfico, denunciada por Yves Lacoste.

Usando a paisagem com fins turísticos; projetando "obras de impacto" em áreas estratégicas; confinando ideias cívicas à unidade espacial Estado-Nação; planejando a exploração e consumo de recursos naturais; redistribuindo populações faveladas (viveiros de mão-de-obra) para áreas destinadas à implantação de distritos industriais; fabricando imagens de lazer e conforto com áreas verdes, sol, sal e mar para forjar venda de imóveis de fachadas e nomes pomposos, ou marcas de cigarros; manobrando as articulações do complicado tabuleiro de xadrez da geopolítica mundial; espriando os tentáculos desses polvos gulosos e insaciáveis eufemisticamente chamados multinacionais; tais são alguns exemplos dessa interminável lista de maneiras que o capital encontrou de usar o espaço geográfico como instrumento de acumulação e poder.

O capital descobriu o espaço geográfico. Resta saber quando o descobrirão os que se opõem à sua ditadura.

Ora, como afirma Lacoste: "Toda a gente julga que a geografia mais não é que uma disciplina escolar e universitária cuja função seria fornecer elementos de uma descrição do mundo, dentro de uma certa concepção 'desinteressada' da cultura dita geral. . . Pois qual poderia ser a utilidade daquelas frases soltas das lições que era necessário aprender na escola? (...) A função ideológica essencial do palavreado da geografia escolar e universitária foi sobretudo de *mascarar*, através de processos que não são evidentes, a utilidade prática da análise do espaço, sobretudo para a condução da guerra, assim como para a organização do Estado e a prática do poder. É, sobretudo, a partir do momento em que surge como 'inútil', que o palavreado da geografia exerce sua função mistificadora mais eficaz, pois a crítica de seus fins 'neutros' e 'inocentes' parece supérflua. (...) É por isso que é particularmente importante (...) desmascarar uma das funções estratégicas essenciais

---

\*. Artigo extraído do livro, *Geografia: Teoria e Crítica. O Saber Posto em Questão*, organizado pelo autor.

e demonstrar os subterfúgios que a fazem passar por simples e inútil".

Mas se é uma necessidade cada vez mais premente tomar a tarefa do estudo do espaço geográfico, para uma maior compreensão dos processos sociais gerais das formações econômico-sociais contemporâneas, porquanto o espaço geográfico torna-se mais e mais um elemento importante nesse processo, esta necessidade lança por outro lado um desafio aos cientistas e estudiosos de geografia.

Definida como a ciência da organização do espaço, a geografia até agora negligenciou seu próprio fundamento de cientificidade. Desprestigiados por todos quantos preocupam-se com as questões da teoria e da prática da transformação social, os geógrafos não alcançaram o quanto o desprestígio reflete uma incômoda realidade. Os geógrafos não perceberam que o que lhes falta é pôr os pés no seu próprio chão, e, então, propor uma teoria do espaço, que seja uma teoria social.

Este texto propõe-se a sugerir alguns pontos de reflexão para uma teoria do espaço, considerando o autor ser este um projeto prioritário no campo da teoria da transformação social para todos aqueles que pretendam conduzir a geografia ao encontro das necessidades mais prementes de nossa época.

## 1. OS TERMOS DA QUESTÃO

Yves Lacoste intitulou seu livro recente: *A geografia Serve Antes de Mais Nada para Fazer a guerra*. Diríamos, alargando o significado desse enunciado, que a geografia, através da análise dialética do arranjo do espaço, serve para desvendar máscaras sociais, vale dizer, para desvendar as relações de classes que produzem esse arranjo. É nossa opinião que por detrás de todo arranjo espacial estão relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classes.

Com isso, afirmamos que espaço é história, estatuto epistemológico sobre o qual a geografia deve erigir-se como ciência, se pretende prestar-se a alguma utilidade na prática da transformação social. E tal noção reside não na mera constatação de que a história desenrola-se no espaço geográfico, mas, antes que tudo, de que o espaço geográfico é parte fundamental do processo de produção social e do mecanismo de controle da sociedade.

Conseqüentemente, afirmamos também que o espaço geográfico tem uma natureza social, do que deriva que a geografia é uma ciência social.

Compreendido como parte fundamental em uma formação econômico-social de dois

processos articulados que lhe são vitais, o de produção social e o de controle de suas instituições e relações de classes, o espaço é uma entidade de rico tratamento científico.

Tal compreensão parte do pressuposto de que ao incorporar-se o "espaço físico", que doravante chamaremos de "primeira natureza", ao processo de gênese e desenvolvimento de uma dada formação econômico-social, inicia-se a formação de um espaço geográfico, uma "segunda natureza", dizia Marx tomando a expressão a Feuerbach, que nada mais é que a própria formação econômico-social.

Ora, a origem, em última análise, das sociedades, é o processo social de transformação da natureza em meios de subsistência e de produção. [Ocorrendo numa sociedade de classes, tanto o processo de produção quanto o de distribuição dos bens produzidos estão sujeitos aos condicionamentos das formas como se travam as relações entre as classes sociais. Motivo pelo qual Marx propôs a fórmula segundo a qual "o motor da história são as lutas de classes".

O que afirmamos, então, é que o arranjo espacial brota tanto do processo de produção-distribuição, quanto do controle que se exerce sobre as relações existentes entre as classes. Como o processo de produção-distribuição se faz sob o condicionamento das formas como se travam as relações entre as classes, pode-se afirmar que o *arranjo espacial, na verdade, numa sociedade de classes, reproduz em síntese as relações de classes da formação econômico-social*.

Vimos que o processo formador do espaço geográfico é o mesmo da formação econômico-social. Por isso, tem por estrutura e leis de movimentos a própria estrutura e leis de movimentos da formação econômico-social. Podemos, com isso, doravante designar o que até agora chamamos de organização do espaço por formação espacial, ou formação sócio-espacial, como propôs Milton Santos".

Confundindo-se com a formação econômico-social, a formação espacial contém sua estrutura e nela está contida, numa relação dialéctica que nos permite, através do conhecimento da estrutura e movimentos da formação espacial, conhecer a estrutura e movimentos da formação econômico-social, e vice-versa. Fato de fundamental importância ao estudo da formação espacial e da destinação desse estudo ao conhecimento da formação econômico-social. Chave da inserção da geografia e dos geógrafos no campo da teoria e prática da transformação social no sentido da resolução dos problemas mais candentes de nossa época, ao lado dos demais estudiosos sociais.

É fácil perceber-se, por exemplo, através de elementos do arranjo espacial (objetos espaciais), a fusão do espaço com as instâncias que compõem a estrutura da formação econômico-social, como a fábrica (instância econômica), o tribunal (instância jurídico-política) e a Igreja

(instância ideológica). Fica evidente, portanto, que tais elementos do arranjo espacial não se encontram "soltos" no espaço, pois inserem-se numa lógica de arranjo espacial que reproduz a própria lógica do modo de produção a que pertencem.

A fábrica moderna, por exemplo, jamais seria um objeto espacial encontrado na paisagem de uma formação econômico-social feudal. Mas, se pode ser encontrado na paisagem tanto de uma formação econômico-social capitalista, quanto na de uma formação econômico-social socialista, em cada qual tem um significado próprio, significado que só pode ser apreendido quando visto no interior da totalidade social de que faz parte. Desligado da sua totalidade social, um objeto espacial, e, por extensão, um arranjo espacial, perde completamente sua expressão e seu valor analítico de uma formação espacial ou uma formação econômico-social.

Observe-se, contudo, que o significado dado a um objeto espacial ou um arranjo espacial por uma totalidade social, é dado, em última e primeira análise, pelo caráter das relações sociais de classes dessa totalidade social. Nunca pela cultura, como tornou-se voga pelas mãos da antropologia funcionalista-culturalista ou da filosofia da escola neo-hegeliana de Frankfurt. O contexto em que qualquer dado ganha sua expressão não é o contexto cultural, mas o contexto das relações sociais de classes, do qual deriva o próprio contexto cultural.

Se por um lado a presença da fábrica na paisagem sugere revelações sobre o grau de relacionamento do homem com o seu meio físico, daí sua ausência na paisagem de uma formação espacial feudal, por refletir determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas, o mesmo para as formações espaciais capitalista e socialista por exemplo, por outro lado seu significado e papel na dinâmica do espaço só podem ser apreendidos na medida em que se distingam as relações sociais que a originaram e comandam: capitalistas numa formação espacial, socialistas, noutra.

Assim, desde que conceituado nos quadros de uma teoria do espaço geográfico submetida ao rigor epistemológico necessário e da compreensão de que a geografia é, por origem, uma ciência social, por construir-se sobre um objeto de natureza historicamente determinada (o espaço), e, que, portanto, seus objetos (os objetos espaciais), como a fábrica do nosso exemplo acima, tiram seu significado da natureza da totalidade social de que fazem parte, perdendo totalmente sua expressão quando isolado dessa totalidade, o arranjo espacial pode e deve ser transformado numa categoria de análise, de fundamental valor para a análise do espaço. Por extensão, de cada formação econômico-social, como deve ser o objetivo da Geografia e do geógrafo.

Ora, como vimos que o arranjo espacial é a própria estrutura da totalidade social, e como na base dessa estrutura está a natureza do processo de reprodução social, é no conhecimento das leis

que regem este processo de reprodução que deve se apoiar a análise do espaço.

Como, face à sua natureza, pode-se partir do arranjo espacial para o conhecimento das leis da reprodução social, ou vice-versa, há aí uma flexibilidade de alta importância para o geógrafo. O importante é que sempre se tenha em vista a necessária relação entre arranjo espacial e o processo de produção social.

## **2. OBJETO E OBJETIVO DA GEOGRAFIA**

O espaço é o objeto da geografia, o conhecimento da natureza e leis dos movimentos da formação econômico-social é o seu objetivo. O espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da geografia. É a categoria por intermédio da qual se busca apreender os movimentos do todo: a formação econômico-social.

A noção de espaço como "chão" da geografia é, certamente, um tema que perpassa todos os discursos geográficos em todos os tempos, tal como se pode aferir numa simples confrontação da maneira como a vêm definindo os geógrafos.

Os gregos definiam a geografia em seu sentido etimológico, como "descrição da terra", em termos de um enciclopedismo que era fruto de sua visão sistêmica dos fenômenos. O objeto da geografia seriam os fenômenos passados na superfície terrestre, mas como estes tinham sua gênese numa escala fenomenológica que transcendia a epiderme do Planeta, suas dimensões eram cósmicas.

Esta foi a herança que arrastou-se até o século XVIII e desenvolvida por Estrabão, Ibn Khaldun, Cuverius, Avenarius, cada qual alargando apenas o campo de conhecimento e esboçando uma primeira sistematização da ciência.

O "período científico" que toma lugar no século XVIII ao "período de coleta e classificação", inicia-se com J. R. e J. G. Forster, alemães, ganhando crescente expressão a noção de "estudo da relação homem-meio". A partir de então, as concepções teóricas da geografia deixam-se prender pela armadilha de falsas questões, como a querela determinismo ratzeliano e possibilismo lablacheano. É nesse período que são lançados os alicerces da "geografia científica", como o primeiro grande esforço de enquadramento epistemológico das ciências em geral, e da geografia em particular, por Kant que a lecionou por 40 anos (de 1756 a 1796) na Universidade de Königsberg, e o arrolamento de seus "princípios" com Humboldt e Ritter.

Ganham corpo nesta época as "armadilhas epistemológicas" que ainda hoje lançam a

geografia em contradições e impasses, diligentemente cultivados pelos geógrafos. Com Kant nascem as noções de "ciência de descrição" e "ciência de síntese", e com os "precursores" as encruzilhadas dicotômicas "homem-meio" e "geral-regional", noções dualistas que têm prestado enormes desserviços à geografia como ciência social.

Durante toda a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, por quase um século, o pensamento geográfico girou em torno de suas matrizes: a escola francesa e a escola alemã, multiplicando-se as definições, em todas as quais o espaço está implícito. La Blache define-a como "o estudo dos lugares", e não dos homens, e Hettner define-a como "estudo das diferenciações de áreas". Delas, Carl Sauer, nos Estados Unidos, extrai a definição de "estudo das paisagens", nascendo o que veio a chamar-se "geografia cultural", talvez pretendendo fugir à dicotomia homem-meio.

Continuador conspícuo da tradição francesa, Pierre George, marxista até seu rompimento em 1956, define a geografia como "estudo da organização do espaço pelo homem", refletindo a influência de F. Perreux e de seus trabalhos sobre a economia espacial, particularmente de sua teoria de pólos de crescimento. Este geógrafo representa, em nossa opinião, o estágio de maior destrinçamento das "armadilhas epistemológicas" aludidas atrás, até o surgimento recente das novas tendências, ainda fragmentárias e nascidas sob marcada influência do marxismo pós-estalinista, que encontramos representadas em trabalhos publicados nas revistas *Espace et Société*, *Hérodote* (dirigida por Lacoste) e *Antipode* (americana).

Não é nosso intuito traçar um retrospecto da evolução do pensamento geográfico, embora seja nossa opinião de que é hoje uma necessidade das mais prementes o desenvolvimento de trabalhos histórico-críticos sobre o saber geográfico.

Mas se o espaço foi sempre o "chão" desse saber, como se explica não ter sido notado, dotado do mínimo rigor teórico e epistemológico, e usado como instrumento de conhecimento e transformação das sociedades? Questões que, para os geógrafos, são ainda mais desafiantes, quando se observa que o espaço é hoje tema comum nos trabalhos das demais ciências sociais, como a economia, a sociologia e a antropologia. Quando se observa que o espaço foi descoberto pelo capital como instrumento de acumulação e poder.

### **3. A GEOGRAFIA É UMA CIÊNCIA SOCIAL**

Tendo por objeto uma categoria de natureza social, a natureza científica da geografia fica

determinada pela natureza do seu objeto. Ora, o espaço é essencialmente um espaço social.

Pelo que já se deu a entender, o espaço não é "suporte", "substrato" ou "receptáculo" das ações humanas, não se confunde com o "espaço físico". O espaço geográfico é um "espaço produzido", uma formação espacial.

Mas a "primeira natureza" não é mera parte integrante da formação espacial. É uma condição concreta de sua existência social e isto por ser uma condição concreta da existência social dos homens. Conquanto a "primeira natureza" não seja o espaço geográfico, não há no entanto espaço geográfico sem ela.

Sobre este assunto, que merece de uma teoria do espaço viva atenção, vale lembrar que de todos os objetos existentes num arranjo espacial os de ordem natural são os únicos que não derivam do trabalho social.

Ora, a "primeira natureza" somente é incorporada ao espaço geográfico quando absorvida pelo processo da história. Daí decorre que sua importância geográfica resulta sobretudo do fato de situar-se no próprio âmago da natureza social do espaço, sendo este âmago o trabalho social. A "primeira natureza" integra a base material da sociedade.

#### **4. O ESPAÇO COMO ESPAÇO SOCIAL**

A natureza social do espaço geográfico decorre do fato simples de que os homens têm fome, sede e frio, necessidades de ordem física decorrentes de pertencer o homem ao reino animal, ponte de sua dimensão cósmica. No entanto, à diferença do animal, o homem consegue os bens de que necessita intervindo na "primeira natureza", transformando-a. Transformando o meio natural, o homem transforma-se a si mesmo. Ora, como a obra de transformação do meio é uma realização necessariamente dependente do trabalho social (a ação organizada da coletividade dos homens), é o trabalho social o agente de mutação do homem, de um "ser animal" para um "ser social", combinando estes dois momentos em todo o decorrer da história humana.

Decorre, então, que a formação espacial, na verdade a formação econômico-social, deriva de um duplo conjunto de interações, necessariamente articuladas: a) o conjunto das interações homem-meio, erroneamente denominadas "relações geográficas"; e, b) o conjunto das interações homem-homem, as relações sociais.

Tais interações ocorrem simultânea e articuladamente, sendo, na verdade, duas faces de um

mesmo processo. Aqui são vistas como "duplo conjunto" apenas para encaminharmos a crítica a um dos postulados básicos da geografia clássica: o de que a geografia é o "estudo da relação homem-meio". Expressão que originou formas correlatas do tipo "base geográfica da história", com que o senso comum manifesta a imagem que tem da geografia. A decomposição dessas interações em "interação homem-meio" e "interação ho-mem-homem" é um dualismo perigoso, embora estejamos aqui correndo este risco ao buscarmos forma mais simples (simplista?) de crítica ao clássico "dualismo físico-humano".

O caráter simultâneo e articulado dessas interações pode ser expresso nos seguintes termos: *os homens entram em relação com o meio natural, através das relações sociais travadas por eles no processo de produção dos bens materiais necessários à existência*. Engels já observava que os homens entram em relações uns com os outros através de "coisas". No caso, não haveria relações sociais, se não houvesse a necessidade de os homens transformarem por via do trabalho social o meio natural em meio de subsistência ou de a este chegarem.

Decorre do exposto que é o processo de produção dos bens necessários à existência humana, no bojo do qual se dão tais interações, que lhes confere unidade.

Eis por que achamos que toda análise do que chamamos formação espacial confunde-se com a análise do processo de produção. Vejamos isto em termos breves.

A consecução dos bens de subsistência humana implica numa intervenção do homem em seu meio natural, inicialmente sob a forma de extração e a seguir sob a forma de uma transformação crescentemente complexa, do ponto de vista da história. Eis a origem da "primeira" forma de interações: a relação homem-meio.

Ocorre que esta consecução dos bens, seja pela forma mais primitiva ou seja pelo ato mais complexo de transformação do meio natural em produtos, é uma tarefa que transcende ao trabalho individual do homem, sobretudo face à crescente complexidade que adquire mais e mais no tempo o processo de produção por realizar-se sob a dependência de emprego de forças produtivas crescentemente mais evoluídas. Implica, pois, numa divisão de trabalho. Em trabalho social.

Ora, trabalho social significa o travamento de relações entre os homens que se reúnem para o ato de produzir. Por exemplo, implica uma divisão de trabalho definir-se o que produzir e o volume do que se vai produzir e ainda um modo de repartição da riqueza coletivamente produzida. Implica, pois, em determinadas relações sociais. Eis a origem da "segunda" forma de interações: as relações homem-homem.

São todas estas interações que estão na base da origem e evolução das formações espaciais

que se sucederam no tempo.

O discurso geográfico clássico, não só lablacheano, só viu a "primeira" forma de interações, não percebendo ou evitando perceber, que a relação homem-meio é, antes de tudo, uma relação social. Não é de estranhar que esta concepção de geografia só tenda à dicotomia entre os "lados" da relação. Afinal, o que exprime o termo "homem" senão aquilo que Pierre George frequentemente chama de "coletividade humana" do lugar, reproduzindo o discurso clássico, expressão que os geógrafos reduziram ao significado demográfico mais simples: o de quantidade de homens. Expressão que esconde a natureza dos fenômenos espaciais de totalidade estruturada das relações sociais estabelecidas pelos homens no decurso do trabalho social.

Daí, concepções nada geográficas, em verdade, como "estudo das relações homem-meio" ou "charneira entre o físico e o social", e toda uma série de distorções de cunho epistemológico. Verdadeiras "armadilhas epistemológicas" em que os geógrafos vêm incorrendo insistentemente, sem perceberem ou fazendo vistas grossas ao fato de que elas desviam a epistemologia geográfica do seu real terreno. De que a falsa dicotomia "físico-humana" só serve para esconder a natureza social da geografia e do seu objeto; de que a falsa querela "determinismo x possibilismo" só serve para desviar os geógrafos do emprego da categoria "determinações"; de que a falsa dicotomia "geografia geral-geografia regional" só serve para afastar a geografia da lógica dialética, atrelando-a à lógica formal e ao kantismo.

"Armadilhas epistemológicas" que tiveram o papel de manterem a geografia como o último reduto do positivismo nas ciências sociais e de, por consequência, torná-la a única ciência social refratária ao marxismo, ao emprego do materialismo dialético e histórico como bússola.

Daí, a ausência de qualquer postura crítica e atuante, científica e consequente, perante a "sociedade global" por parte dos geógrafos e da geografia, demonstrando uma ridícula indiferença ou arrogância para com os fenômenos sociais, "coisas carentes de rigor científico".

Parece-nos pertinente, por estas razões, propormos tomar a geografia como sendo *a ciência de análise das formações espaciais que adquirem as relações sociais de dada formação econômico-social*

## 5. ESPAÇO SOCIAL E ESPAÇO TEMPO

Todo objeto tem uma dupla dimensão: a espacial e a temporal. E se os geógrafos, por força

da natureza mesma de sua disciplina, não puderem abstrair-se por completo do espaço, substituindo-o pela ambígua noção de "relação homem-meio", o fizeram com o tempo. Daí o espaço geográfico ter-se tornado, no dizer de Foucault, um espaço "congelado"<sup>20</sup>. Durante todo o tempo os geógrafos trabalharam seu objeto escamoteando-o e tendo uma noção do tempo, quando tinham, mecanicista, evolucionista. Ao separarem o espaço do tempo, pagaram seu tributo ao kantismo; ao desprezarem a histórico-ricização do espaço geográfico, pagaram seu tributo ao positivismo (geografia clássica) e ao neopositivismo (*new geography*).

Ora, o tempo não é só movimento, mas movimento dialético. Movimento que combina continuidade e descontinuidade, estabelecendo uma periodização na qual cada período caracteriza-se por formas historicamente específicas de relações de produção. Daí a importância de se utilizar a categoria dos modos de produção nos estudos espaciais.

A introdução da dialética espaço-tempo nos estudos de geografia é fundamental para compreender-se as leis de movimentos das formações espaciais e seu conteúdo histórico. Sem ela, a noção de arranjo espacial torna-se uma noção estática, meramente de "estrutura" da formação espacial.

Somente através da dialética espaço-tempo podemos acompanhar os processos e os estágios de desenvolvimento das formações espaciais, no interior dos quais encontraremos diferentes estágios de relação homem-meio. Dar aos objetos do arranjo espacial e ao arranjo como um todo o significado social e temporal necessário.

## **6. ESPAÇO E REPRODUÇÃO**

Vimos que a formação espacial é um "espaço produzido". Que a produção do espaço confunde-se com a produção dos bens materiais necessários à sobrevivência dos homens. E que isto decorre do fato de que os homens suprem suas necessidades convertendo a terra, que Marx denominou "sua despesa primitiva", nos bens necessários, pela via do trabalho social.

Vimos também que a formação espacial é a própria formação econômico-social, espacializada, contendo sua estrutura e leis de movimento, e nela estando contida.

Retomemos estas duas afirmações, a fim de, estabelecendo a unidade necessária entre base econômica (infra-estrutura) e formação econômico-social, precisarmos mais a noção de formação espacial e compreendermos o significado de modo de produção.

Em primeiro lugar, o espaço não seria formação espacial se o processo de produção não fosse, em verdade, um processo de reprodução". A formação espacial teria existência efêmera, restrita ao momento (período) de conversão da "primeira natureza" em bens pelo trabalho social, não chegando a adquirir uma estrutura duradoura e mais definitiva. Terminado o processo de produção, se extinguiria a "ordem espacial" gerada pelo trabalho social, como resultado e ao mesmo tempo condição de realização da produção.

É devido ao fato de que o processo de produção é em verdade um processo de reprodução que esta "ordem espacial" ganha existência permanente. Fica mais uma vez patente o vínculo existencial entre a formação espacial e o processo de produção: como a reprodução é a produção em caráter permanente (contínuo), a formação espacial ganha um caráter permanente.

Em segundo lugar, decorre dessa relação com o processo da produção social a relação de correspondência básica entre a formação espacial e a formação econômico-social. Produzida pelo mesmo processo gerador, em última instância, da formação econômico-social, e em simultaneidade, a formação espacial exerce dialeticamente papel fundamental nesse processo, já que é resultado e condição da reprodução.

Mas a relação de *correspondência básica* é o fundamento da *correspondência necessária* entre a formação espacial em seu todo e a formação econômico-social em seu todo. Se a formação econômico-social organiza a formação espacial em se organizando, estrutura a formação espacial em se estruturando, origina a formação espacial em se originando, transfere-lhe suas leis de organização e movimentos, isto tudo ocorre também no sentido inverso, o da formação espacial para a formação econômico-social.

Acompanhemos mais de perto o processo de reciprocidade de influências que se verifica como decorrência da relação de correspondência necessária entre a formação espacial e a formação econômico-social.

A produção de bens é feita em razão das necessidades de consumo, realizando-se tanto a produção quanto o consumo segundo as leis historicamente determinadas, que são próprias a cada modo de produção. Como o montante dos bens oriundos do processo de produção desaparece sob o consumo, o processo de produção se repete continuamente, isto é, se reproduz.

Como para realizar a produção os homens travam relações sociais, denominadas relações de produção em razão de sua natureza, a realização da reprodução implica em reprodução das relações de produção.

Coloca-se, aqui, a questão das articulações das instâncias de uma formação econômico-social

e desta com a formação espacial em termos de totalidade.

Dependendo da posição em que os homens se coloquem face aos meios de produção, as relações de produção serão relações sociais entre iguais ou entre proprietários e não-proprietários, surgindo, neste segundo caso, uma estrutura social de classes sociais que comandará o processo global da formação econômico-social. Assim, numa formação econômico-social desse tipo, toda vez que no processo de reprodução se reproduzirem as relações de produção, estará na verdade com a reprodução destas se reproduzindo a estrutura de classes. Ora, para que tal encadeamento da reprodução realizada ao nível da infra-estrutura se faça sem rupturas ou prejuízo à própria continuidade da reprodução provocados pelo entrelaçamento dos interesses contrários das classes, surgem as relações sociais superestruturais, jurídico-políticas e ideológicas. Estas relações sociais superestruturais, por surgirem em decorrência de o processo de reprodução ser comandado pelas relações de classes (relações de classes estas engendradas pela reprodução das relações de produção), entram também em processo de reprodução a cada vez que se reproduzem as relações infra-estruturais.

O fenômeno da reprodução é, assim, como observa Henri Lefebvre, uma reprodução da formação econômico-social como um todo, numa dialética em que as relações sociais de todos os níveis perpassam umas às outras.

No dizer de Engels: "A situação econômica é a base, porém as diversas partes da superestrutura — as formas políticas da luta de classes e suas consequências, as constituições estabelecidas pela classe vitoriosa, uma vez ganha a batalha, etc. — as formas jurídicas — e em consequência inclusive os reflexos de todas essas lutas reais nos cérebros dos combatentes: teorias políticas, jurídicas, filosóficas, ideias religiosas e seu desenvolvimento posterior até converter-se em sistemas de dogmas — também exercem influência sobre o curso das lutas históricas e em muitos casos preponderam na determinação de sua forma".

Ora, sendo a formação espacial a própria formação econômico-social, ao nível do espaço, e sendo seus movimentos os mesmos, fica mais que evidente que, toda vez que a formação econômico-social se reproduz como um todo, a formação espacial se reproduz como um todo.

O que afirmamos é que na formação espacial se realiza todo o processo de reprodução realizado na formação econômico-social. E o que pomos em realce é que todo movimento resultante do perpassamento da instância econômica no todo e todo movimento resultante do perpassamento das instâncias superestruturais no todo encontram correspondência integral na formação espacial. Por isso o espaço geográfico intervém em dois processos articulados na formação econômico-social: o de produção social (instância econômica) e o de controle de suas

instituições e de relações de classes (instâncias jurídico-política e ideológica).

Alargamos, assim, a noção inicial de correspondência entre o "espaço produzido" e o processo de produção dos bens materiais necessários à sobrevivência dos homens, que denominamos de *relação de correspondência básica entre a formação espacial e a formação econômico-social*, noção que é o equivalente espacial da noção de determinação em última instância da instância econômica, e estabelecemos a noção de correspondência entre o todo da formação espacial com o todo da formação econômico-social, noção que denominamos de *relação de correspondência necessária entre a formação espacial e a formação econômico-social*.

## 7. ESPAÇO E ACUMULAÇÃO

A formação espacial, como a formação econômico-social com que se confunde, é resultado e agente impulsor, ao mesmo tempo, do processo de desenvolvimento da história dos homens. Ora, processo de desenvolvimento é processo de acumulação.

O processo de evolução, de desenvolvimento, das sociedades humanas é o armazenamento contínuo de um arsenal de "coisas" produzidas pelos homens, como instrumentos de trabalho e conhecimentos (*know-how?*), de que os homens se valem para reproduzirem sua existência social e impulsionarem o progresso mais para a frente. Os objetos do arranjo espacial e o próprio arranjo em seu todo são exemplos de formas dessas "coisas" produzidas e acumuladas no decurso infinitamente contínuo do processo de reprodução.

Para que a produção seja um processo contínuo, necessário se torna que no ato de produzir se gere simultaneamente os bens de consumo, bens que garantam a continuidade. Como exemplo, que parte das sementes cultivadas seja separada para a reprodução; que a força de trabalho despendida pelo trabalhador encontre, ao lado do consumo, descanso e lazer, indispensáveis à sua reprodução; que as ferramentas de trabalho surgidas no processo de trabalho sejam reincorporadas à reprodução.

Quando o processo de produção se repete cada ano nas mesmas proporções, como ocorre com as comunidades agrícolas primitivas e o pequeno artesanato, diz-se que há reprodução simples. Quando o processo de produção se repete sob uma forma mais vasta, diz-se que há reprodução ampliada. Vê-se, pelo exposto, que só existe acumulação quando a reprodução é do tipo ampliada. O espaço geográfico tem uma participação relevante no processo de reprodução, seja na reprodução simples ou na reprodução ampliada. Os objetos do arranjo da "segunda natureza" (espaço produzido), tais como prédios, caminhos e lugares de

trabalho, ou da "primeira natureza", como a água, solos e jazidas minerais, bem como o próprio arranjo como um todo, são aspectos daquilo de que se valem os homens para uma produção contínua e que Marx denominou de "condições de reprodução".

Seja como "espaço produzido" ou mesmo como "primeira natureza", o espaço geográfico atua no processo de reprodução como "condição de reprodução", através do qual, em seu seio, o devir histórico foi acumulando.

Ocorre, contudo, que tais "condições de reprodução" são meios de produção e, por conseguinte, objetos de apropriação pelas classes de uma formação econômico-social.

Conforme seja o modo de produção, diferente uns dos outros justamente pela forma de relações de produção e de classes que encerram, as "condições de reprodução" e os demais meios de produção ganharão uma conformação própria. Como também o processo de acumulação.

Nas condições do modo de produção capitalista, os meios de produção são capital, ou seja, veículos por meio dos quais a força de trabalho operária, produzindo a mercadoria, produz mais-valia. Dessa maneira, os meios de produção têm sua apropriação por uma classe social que os considera um meio de geração de sobretrabalho (excedentes), que ela utilizará com fins de acumulação de capital.

Sendo assim, uma formação espacial capitalista encerra em seu cerne a luta que travam o capital e o trabalho.

Primeiramente, porque através dos elementos extraídos à "primeira natureza" o que se garante não é a conversão da "dispensa primitiva" em meios de sobrevivência dos homens, mas a produção, sob a forma de matérias-primas brutas, de capital circulante. Em segundo lugar, porque através da geração de "condições de reprodução" o que se gera não são aquelas condições de continuidade sem as quais os homens não repetem com regularidade a produção dos meios de sua sobrevivência, mas capital fixo. Em terceiro lugar, porque através do uso desses meios de produção o que se está gerando não são meios de sobrevivência dos homens, mas mercadorias, veículos de transformação da mais-valia extraída daqueles que a produziram, em lucros. Em quarto lugar, por fim, porque através da reinversão da mais-valia expropriada em nova fase do processo de reprodução o que se produzirá não será o desenvolvimento econômico-social, mas a acumulação do capital.

Eis por que, em belíssimo e inspirado texto, afirma Francisco de Oliveira: "Não pode o Estado solucionar o chamado problema de transporte urbano? Pelo tamanho do excedente que maneja, pode; mas, se esse excedente provém em parte da produção automobilística, então não pode. Pode o Estado solucionar o chamado problema da poluição? Tendo tanto chão neste país, parece que

se poderia descentralizar a indústria, principal poluidora; mas o chão da pátria não é chão, é capital".

## 8. ESPAÇO E INSTÂNCIAS

Vimos que a formação espacial tem a própria estrutura e leis da formação econômico-social. Uma analogia simples nos permitirá ilustrar o que afirmamos.

Se observarmos uma quadra de futebol de salão, notamos que o arranjo do terreno reproduz as regras desse esporte. Basta aproveitarmos a mesma quadra e nela superpormos o arranjo espacial de outros esportes, como o vôlei, o basquete ou o handball, cada qual com "leis" próprias, para notarmos que o arranjo espacial de cada qual diferirá no terreno. Diferirá porque o arranjo espacial confundindo-se com as regras do jogo, estas regras diferem em cada um dos esportes citados. Se fossem as mesmas as "leis" para todos eles, o arranjo seria um só.

Naturalmente que a transposição do exemplo da quadra de esportes para o que ocorre com a formação espacial implica em alguns cuidados, como de resto deve acontecer com as analogias. Não se trata de uma diferença de escalas, apenas, mas de natureza qualitativamente distinta entre a quadra e a formação espacial, embora possamos falar da quadra como de uma formação espacial. Mas as regras do esporte são regras simples quase mecânicas, com intuitos de repetições de jogadas de reduzida margem de variações. As leis de uma formação econômico-social são da ordem de grande complexidade de movimentos determinadas historicamente. Confundindo-se com estruturas complexas e enquadradas no tempo histórico, e não no tempo sideral como o da quadra, a formação espacial tem uma estrutura complexa e submetida ao tempo histórico.

Ora, sabemos que uma formação econômico-social tem uma estrutura formada pelo perpassamento de três estruturas (instâncias ou níveis): uma infra-estrutura (a instância econômica) e duas superestruturas (a instância jurídico-política e a instância ideológica).

Estas "três" instâncias permeiam-se, formando uma única totalidade social. Embora no interior dessa totalidade guardem certa autonomia, não se pode na verdade falar de três, exceto em benefício (ou deformação?) da análise científica. Projetando-se umas sobre as outras, cada uma contém as demais, de modo que um fenómeno social qualquer é, ao mesmo tempo, "económico", "jurídico-político" e "ideológico". Tal concepção de unidade das instâncias decorre da própria concepção de totalidade social, que não deve ser entendida como "uma combinação de partes" ou "um todo articulado de partes". Uma totalidade social não é um sistema, é um todo confundido com

as "partes", sendo cada "parte" a forma específica como se manifesta o todo. Assim, o Estado, por exemplo, não é uma parte da formação econômico-social, mas uma forma específica como o todo se manifesta, sintetizando esta "parte", o Estado, tudo o que constitui o todo. O raciocínio é o mesmo para a formação espacial que vimos usando neste trabalho, como já se deu a perceber. Não se pode dizer que a instância jurídico-política, materializada no exemplo do Estado, seja uma parte da formação econômico-social, o mesmo sucedendo quanto às demais.

Projetando-se umas sobre as outras, somente sobre o espaço "projetam-se" as três simultaneamente. Contendo as três instâncias a um só tempo, o espaço está contido em cada uma delas, através de um jogo dialético em que, ao confundir-se com cada uma, passa a interferir nos movimentos de cada uma. Como as instâncias estão perpassadas, passa a interferir no movimento da formação econômico-social em seu todo.

Vejam, somente para efeito de maior visualização do que foi exposto, a articulação entre o espaço e cada instância.

#### *ESPAÇO E INSTÂNCIA ECONÔMICA*

A articulação do espaço geográfico com a instância econômica dá origem ao que chamaremos "arranjo espacial econômico". Tal arranjo é, em essência, o resultado de como se exprimem no âmago da instância econômica as forças produtivas como relações de produção. As formas de expressão das forças produtivas como relações de produção diferem, qualitativamente, de uma formação econômico-social para outra, vale dizer, de uma formação espacial para Outra, e são, por sinal, os elementos qualificadores de cada formação.

As forças produtivas, por sua vez, articulam, no processo de trabalho, a força de trabalho, os objetos do trabalho e os meios de trabalho. Os meios de trabalho e os objetos de trabalho constituem os meios de produção. Somente quando a força de trabalho põe os meios de produção em movimento é que as forças produtivas ganham vida e se põem em movimento como um todo.

Sabemos já que o espaço confunde-se com a instância econômica como meio de produção e, então, de dupla forma: primeiramente, como objeto do trabalho, temos a "primeira natureza"; em segundo lugar, como meio de trabalho (o arranjo produzido no espaço pela acumulação), temos a "segunda natureza" ou "espaço produzido".

Como objeto do trabalho, a inserção do espaço se faz por intermédio dos seus componentes de ordem natural, sob a forma de matérias-primas brutas ou semi-elaboradas. Como meio de trabalho, a inserção do espaço se faz por intermédio dos seus componentes "históricos", isto é, dos

objetos nele gerados, organizados e acumulados pelo incessante processo de reprodução ampliada. Ou em termos já ditos: como "condição de reprodução".

Ora, sabemos que o arranjo espacial económico resulta da forma como se exprimem historicamente as forças produtivas como relações de produção, ou dito em outros termos: do grau de desenvolvimento das forças produtivas e do carácter das relações de produção.

Nas condições do modo de produção capitalista, para tomarmos um exemplo, as forças produtivas se encontram em alto grau de desenvolvimento, implicando numa relação do homem com o meio físico caracterizada pela forte superioridade daquele, significando uma ampla divisão social de trabalho que confere ao arranjo espacial intensa complexidade de formas. As relações de produção expressam-se nas forças produtivas de uma forma típica: a força de trabalho, e somente ela, pertence ao proletariado, o qual tem que vendê-la para adquirir os meios de subsistência; os meios de produção (objeto e meios de trabalho) pertencem à burguesia, que compra a força de trabalho do proletário, para, fundindo-a aos meios de produção, produzir mais-valia.

Assim, o "chão" é capital e a formação espacial tem sua estrutura e movimentos determinados pelo entrecchoque entre aquelas classes, básicas desse modo de produção.

Podemos, então, imaginar um arranjo espacial económico numa formação económico-social capitalista central, composto ipor porções do espaço de traços definidos: aqui uma área industrial, articulada a uma área mineira localizada mais além, e a uma área urbana, que pode confundir-se com o próprio espaço industrial; derredor, em círculos concêntricos, áreas agrícolas encerradas por pastagens. Podemos imaginá-lo como uma porção, por sua vez, de um espaço mais amplo, onde inúmeras porções de espaço de arranjos igualmente simples ou mais complexos se articulam numa sucessão de escalas de concentricidade, numa hierarquia de dominância de umas porções de espaço por outras, hierarquia esta definida em termos de "equipamentos terciários" existentes em cada cidade maior de cada porção de espaço, até atingir-se o espaço global, que é o espaço de domínio hierárquico de uma metrópole.

Enfeixando todo o espaço, articulando a totalidade, uma densa e ramificada rede viária, que cobre todas as porções de espaço e atinge todos os objetos dos seus arranjos.

Um arranjo assim poderia estar confundindo-se a uma instância económica altamente desenvolvida e composta por: a) uma intensa divisão de trabalho representada pelas diferentes fases de circulação do capital (capital industrial, capital agrário, capital mercantil, capital financeiro), isto é, por setores e suas ramificações; e b) diferentes níveis de articulação interna das forças produtivas, significando diferentes níveis de taxa orgânica de capital.

Como o espaço capitalista é um "espaço de relações", por exemplo, um espaço de relações intra e intercapitalistas e entre capital e trabalho, comandadas pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, vale dizer, pela lei da acumulação capitalista, evidentemente que num arranjo espacial económico desse tipo teremos inevitáveis desigualdades. As porções de espaço que atuarem como *locus* da acumulação, principalmente a metrópole da totalidade espacial, serão aquelas onde a riqueza mais se centralizará; aquelas porções de espaço que atuarem como *locus* de produção e expropriação de excedentes serão as que empobrecerão. *Locus* da riqueza e *locus* da pobreza", cada um desses espaços, reproduz internamente por seu turno em seus arranjos espaciais específicos a desigualdade, porque riqueza e pobreza são os nomes eufêmicos de burguesia e proletariado, as classes sociais básicas das formações espaciais capitalistas centrais.

Basta olharmos o arranjo espacial do espaço metropolitano de Nova Iorque, ou de qualquer metrópole das formações econômico-sociais capitalistas centrais, para vermos estampada na paisagem a estrutura de classes desses lugares.

É nesse sentido que talvez possamos falar da formação espacial como sendo uma formação de múltiplos espaços desiguais. Sendo a estrutura da formação espacial a própria estrutura da formação econômico-social, tais espaços desiguais não são nada mais que as desigualdades sociais existentes entre as classes sociais da formação econômico-social. Mais importante que a imagem é o que ela revela: que a causa das desigualdades espaciais é a mesma das desigualdades sociais, ou seja, a exploração do trabalho pelo capital.

#### *ESPAÇO E INSTÂNCIAS SUPERESTRUTURAS*

A forte integração das instâncias jurídico-política e ideológica, sobretudo em face da onipresença cada vez maior do Estado nas formações econômico-sociais, desaconselha separá-las.

Talvez se possa falar de um "arranjo espacial jurídico-político" e de um "arranjo espacial ideológico", se tomarmos noções como as propostas por Althusser de "aparelhos repressivos de Estado" e "aparelhos ideológicos de Estado". Os objetos de arranjo de cada um desses "aparelhos de Estado" são mais que visíveis. Parece-nos ter razão, no entanto, Foucault ao observar que "se quisermos perceber os mecanismos de poder na sua complexidade e nos seus detalhes, não poderemos nos ater unicamente à análise dos aparelhos de Estado".

A separação do jurídico-político e do ideológico fica ainda mais desaconselhável quando novamente nos remetemos a Foucault e nos introduzimos em um seu objeto de reflexão, o das "relações que podem existir entre poder e saber", relações que têm sua inscrição espacial, como:

saber psiquiátrico e asilo; saber disciplinar e prisão; saber "médico" e hospital; economia política e fábrica; que se complementam com o saber geográfico e país, chão da ideologia do nacionalismo.

Surgidas sobretudo para regência da instância econômica, as instâncias superestruturais mobilizam cada vez mais o espaço como via de superação de eventuais obstruções dos processos econômicos pelas contradições do sistema, e com isto preservarem aquela instância na essência de sua organização.

Exemplo recente disto temos na história brasileira, em que estas duas instâncias se integram completamente. Quando a crise do "modelo econômico" foi explicada como tendo sido gerada pela "crise do petróleo", interveio o Estado com o planejamento do espaço como medida de solução: tomando em conta o arranjo espacial de consumo do combustível existente (distribuição dos postos de gasolina), permaneceriam abertos nos fins de semana somente os postos que guardassem determinada distância dos centros urbanos.

Vejam, entretanto, como poderíamos pensar espacialmente estas instâncias, segundo arranjos espaciais "próprios".

#### *O "ARRANJO ESPACIAL JURÍDICO-POLÍTICO"*

Dizia-se na formação econômico-social persa antiga, dos tempos de Dario I, uma formação econômico-social tributária, que "os sátrapas são os olhos e os ouvidos do rei". Nada mais revelador do arranjo espacial jurídico-político, um arranjo sobretudo moldado pelo Estado.

Ocorre que os propósitos desse arranjo revelam bem a articulação que existe numa formação econômico-social entre esta instância e a instância econômica. A conquista de um território extenso, formado pela anexação militar de territórios de outros povos, tinha por finalidade a cobrança de tributos. A par de garantir a cobrança regular dos tributos, o arranjo em satrapias visava garantir o exercício da dominação e da integridade do império. A fórmula encontrada foi a criação de uma malha político-administrativa da qual não escapasse qualquer parte do espaço sob domínio persa, dividida em satrapias. Com base nessa malha, os "aparelhos de Estado" jurídico-políticos (e ideológicos) puderam ser estrategicamente distribuídos: os sátrapas (governadores), os organismos de tributação, os contingentes militares de ocupação, as estradas e o correio a cavalo.

Exemplos como este multiplicam-se na história. O que hoje haveria de novo seria o suprimento e a multiplicação dos "aparelhos jurídico-políticos" voltados para as necessidades específicas de um outro modo de produção, o modo de produção capitalista, um modo mercantil por excelência.

Já vimos como Lacoste refere-se à intervenção do que denomina de "estados maiores militares e financeiros", orientada cada vez menos pelo espontaneísmo e com objetivos os mais variados: regulação das relações entre classes e segmentos de classes sociais, instituições e nações; conquista militar, política, cultural ou económica; alocação de capitais interessados em rápida circulação; provimento de maior "racionalidade económica" aos investimentos. Fenómenos que ocorrem no interior de espaços mais vastos que sonhou jamais Dario I.

Em que medida, no entanto, o planeamento de espaço deixa de ser, também, uma ideologia?

### *O "ARRANJO ESPACIAL IDEOLÓGICO"*

Objeto secular de uso ideológico, por meio do qual "a maioria das pessoas formam sua "visão do mundo", se não sua "visão global", o espaço geográfico tem seu arranjo fortemente confundido com a instância ideológica.

Como exemplo, o arranjo espacial ideológico contém as instituições pelas quais os valores circulam e são assimilados, como a família, a escola, os centros culturais, a Igreja, os asilos, os cárceres. É no interior desses "espaços sociais" que os valores se tornam concretos. Espaços específicos, cada qual é uma síntese do todo, prescrevendo, segundo a ideologia dominante, as noções de mundo e hierarquia. Tais noções seguem uma escala de espaço que vai do "espaço social" específico ao mais geral, como: o espaço familiar, seguido do espaço estado-nação e encimado pelo espaço cósmico; ou, em outro caso paralelo: o espaço empresarial, o espaço estatal e o espaço mundial. Curiosamente, o primeiro exemplo é apresentado na disciplina escolar chamada moral e civismo nas pessoas, sucessivamente, do pai, do presidente e de Deus.

É interessante a maneira como o arranjo espacial ideológico se organiza em função da noção de pátria, que numa hierarquia igualmente escalar vai do bairrismo ao nacionalismo.

Mas a fusão do espaço com a ideologia é mais dinâmica sob os interesses mais rapinantes do capital.

Anderson observa que há crescente interesse pela "qualidade do meio ambiente", salientando o caráter ideológico daquilo que veio a chamar-se "crise ambiental". Se nos lembrarmos do que ficou dito atrás, que "os homens relacionam-se com o meio físico através de suas relações sociais", veremos que Anderson tem toda razão. E a "crise ambiental" entra em cadeia com a "crise urbana" e com a "crise demográfica", esta provocada por uma "explosão" populacional. Em todas estas "crises" o espaço é tomado como um dos pivôs, já que está em causa o "acelerado consumo e esgotamento dos recursos naturais em face do progresso e das necessidades humanas crescentes com

o aumento acelerado da população mundial". Verdadeiro "fetichismo do espaço" que toma como relações entre coisas o que em verdade são relações sociais.

Citando Goodman, lembra ainda Anderson que "na arquitetura há "ideologias estéticas", com ele concordando Castells quando afirma que não há espaço mais ideologicamente construído que o espaço urbano. Explorando paisagens por elas cada vez mais elaboradas, as grandes empresas imobiliárias promovem a fusão do espaço com a produção de ideologia, seja sob a forma da estética arquitetônica dos "Barramares" ou sob a forma ecológica de "sol, sal, montanhas e verdes".

E o que dizer das segregações espaciais do tipo *ghettos*, *apartheids* e favelas, sejam estas "Borel" ou "Vila Kennedy"?

## 9. A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL COMO SÍNTESE (TOTALIDADE)

A formação econômico-social é a totalidade que os geógrafos buscam, quixotesicamente e há séculos, sob a ambígua expressão "síntese". Manifestada como formação espacial.

Entendida como "ciência de síntese" cercada por uma "constelação de ciências de análise", a geografia ainda não se libertou da epistemologia kantiana do século XVIII, padecendo de um mal "patológico".

É assim que encontramos em Pierre George afirmações como: "Ciência que mobiliza o conhecimento dos métodos e dos resultados de um bom número de ciências associadas" e "uma ciência de síntese na encruzilhada dos métodos de diversas ciências". Megalomania patológica pura e simples? Os geógrafos pareceram sempre acometidos dessa "doença", que não é mais que a expressão do uso ideológico de que a geografia tem sido sempre objeto. Eis como a doença se manifesta em Albert Faure, citado por Milton Santos: "A geografia reúne todas as ciências, abre os horizontes, comporta todos os conhecimentos humanos". Afirmação muito próxima desta outra, do geopolítico Mackinder, citado por Sodré: "Quem dominar a Europa Oriental dominará o coração continental; quem dominar o coração continental controlará a ilha-mundo; quem dominar a ilha-mundo controlará o mundo".

Paga a geografia, por consequência, pesado ônus por não terem os geógrafos percebido, ou feito vistas grossas, ao fato de que é a formação econômico-social uma totalidade social cuja concretude é dada pelo espaço, a verdadeira síntese de que se devem ocupar.

Repensar a geografia, a partir da categoria formação espacial articulada às categorias de

formação econômico-social e de modo de produção, condição necessária para entender-se o espaço como espaço-social e espaço-tempo, eis uma perspectiva que nos parece capaz de abrir-lhe caminhos no campo de ambiguidades em que está secularmente mergulhada.

Significa repensá-la em outros termos de interdisciplinaridade, para podermos colocá-la, sem patologia, no lugar que lhe cabe entre as ciências sociais.

## 10. PARA REPENSAR A GEOGRAFIA

Nota Marx na epígrafe que serviu de guia para este trabalho que devemos buscar apreender "... a essência nas aparências. . .". Entendemos com isso que se deve apreender as leis internas (a essência) que governam as formas, as estruturas.

Ora, se as formas são as aparências, parece-nos que se encaixa aí a noção de arranjo espacial que vimos usando neste trabalho. Entendemos por arranjo espacial uma estrutura de objetos espaciais, uma localização organizada de formas espaciais, uma forma ou uma totalidade estruturada de formas espaciais. O papel da análise espacial estaria em apreender as leis que regem a formação espacial, seu todo e suas "partes", a partir do arranjo espacial, e vice-versa.

Marta Harnecker propõe que "... para se chegar a definir um objeto é necessário ser capaz de descobrir a unidade ou a forma de organização dos elementos que servem num primeiro momento para descrevê-la. Pode-se descrever uma sociedade; podemos, por exemplo, dizer que em toda sociedade existem indústrias, campos cultivados, correios, escolas, exército, polícia, leis, correntes ideológicas, etc. Porém, a organização destes elementos em diferentes estruturas (econômica, jurídico-política e ideológica) e a determinação do papel que cada uma dessas estruturas desempenha na sociedade permite-nos passar da descrição ao conhecimento de uma realidade social, estabelecer as leis de seu desenvolvimento e, portanto, a possibilidade de dirigi-lo conscientemente".

Lembra Lefebvre: "A análise que distingue os fatos, as formas, os aspectos e os momentos de um desenvolvimento, deve também preparar a síntese determinando as ligações internas que existem entre esses elementos"<sup>1</sup>. E é o próprio Lefebvre que, observando que a investigação somente ultrapassa o nível do empírico quando norteada por uma teoria calcada na noção do todo, diz: "Esta noção do todo desempenha papel primordial, tanto metodologicamente como teoricamente. Já sabemos por quê. A realidade que temos de compreender, na natureza tanto como na vida social, apresenta-se como um todo". Só depois da análise das partes, "só então vem a

exposição do todo, do conjunto".

O que propomos é a construção de uma teoria do espaço que se fundamente em três categorias de totalidade, que são três facetas de uma mesma realidade: a formação espacial, a formação econômico-social e o modo de produção. O conceito de formação espacial passa pelos conceitos de formação econômico-social e de modo de produção e, mais ainda, pela forma como se articulam estes dois.

Entendemos uma formação espacial como uma "tópica marxista", para tomarmos, talvez apressadamente mas não de todo sem validade em um texto que se propõe socializar reflexões do autor, a expressão cunhada por Althusser, qual seja, "...um dispositivo espacial que assinala em determinadas realidades seus lugares no espaço", ou, "...um sistema articulado de posições (lugares) comandados pela determinação em última instância". Sabemos que esta "determinação em última instância" são as relações de produção. Vimos, ao longo do texto, que a formação espacial é a própria formação econômico-social, espacializada.

A formação econômico-social define-se como "uma totalidade social concreta", ao passo que o modo de produção define-se como "uma totalidade social abstrata", não se podendo separar os dois conceitos, e tomada a expressão "abstrata" não na sua acepção idealista. A primeira é um "conceito complexo e impuro", ao passo que o segundo é um "conceito puro, ideal, que permite *pensar* uma totalidade". Tanto um quanto outro são conceitos que se constroem sobre relações de produção (relações econômicas, para empregarmos o conceito em sua acepção ampla), historicamente determinadas. Assim, se o modo de produção funda-se em relações de produção homogêneas, a formação econômico-social funda-se (ou não) em tipos de relações de produção heterogêneas, articuladas sob o domínio do tipo mais avançado. Desse modo, o certo seria dizer-se "formação econômico-social com dominante. . .".

Por isso, se afigura ser-nos válido em nosso estudo o conceito que Samir Amin propõe de formação econômico-social, como sendo "um complexo organizado de modos de produção", isto é, como sendo "uma estrutura concreta, organizada, caracterizada por um modo de produção dominante e pela articulação à volta deste de um conjunto complexo de modos de produção que a ele estão submetidos". Formulação que nos sugere a forma adequada de articulação dos dois conceitos.

Parece-nos, abreviando um tema controverso e trazendo-o para o terreno da reflexão do espaço, que a articulação dos três conceitos aqui propostos como as categorias mais gerais de análise do espaço, envolve a observância de alguns pares dialéticos fundamentais, como: concreto-abstrato, espaço-tempo, continuidade-descontinuidade, forma-conteúdo, assim expressos:

*Concreto-abstrato:* A análise de uma formação econômico-social envolve o conhecimento do mecanismo geral de funcionamento dos modos de produção que a compõem. Assim, por exemplo, a análise de uma formação econômico-social com dominante capitalista implica o conhecimento dos mecanismos gerais desse modo de produção e de cada um dos dominados. Só assim se pode captar as articulações e a complexidade do todo.

*Espaço-tempo:* O que dá concretude à formação econômico-social é o espaço. Contudo, vimos que o espaço sem a dimensão tempo é um "espaço congelado". Do mesmo modo, pensar um modo de produção apenas pelo prisma do tempo, a-espacialmente, é produzir uma história de generalidades, que esconde as diferenças das formações econômico-sociais. A não-espacialização da história produz erros, como aquele observado por Samir Amin de que, não se vendo que o modo de produção feudal foi um fenómeno restrito espacialmente a uma porção do continente europeu, foi-lhe dado uma universalidade que não teve. Daí as discussões hoje de modo de produção asiático (tributário).

*Continuidade-descontinuidade:* O modo de produção é uma des-continuidade no tempo, razão por que permite-nos uma correia periodização do tempo histórico. Quer nos parecer que a formação econômico-social é uma integração de tempos históricos desiguais, estratificados no interior de uma mesma temporalidade e articulados sob o modo de produção mais desenvolvido. Daí sua formação espacial exprimir-se como uma unidade articulada de espaços regionais diferenciados, formando uma "regionalização" baseada em modos de produção, diferenciação espacial esta que se torna "desenvolvimento desigual e combinado" se o modo de produção dominante for o capitalista.

Duas propostas nos parecem pertinentes à passagem do nível de abrangência mais geral dessas três categorias para o conhecimento do real, pela via da intermediação do arranjo espacial.

Marta Harnecker propõe que, sendo as relações de produção o "núcleo estruturador" que "explica o tipo característico de articulação das distintas instâncias (estruturas regionais) e determina qual delas terá o papel dominante" das totalidades sociais, "devemos começar diagnosticando que tipo de relações de produção existem, como se combinam, qual é a relação de produção dominante, como exerce sua influência sobre as relações de produção subordinadas. A partir daí, explicar o conjunto, sem negar a autonomia relativa das estruturas regionais e sem deixar de ver a estrutura económica como determinante em última instância".

Samir Amin propõe que, já que uma totalidade social se organiza em função da produção e expropriação de excedentes, a análise da totalidade "deve organizar-se em torno da forma pela qual é gerado o excedente característico dessa formação, das transferências e da distribuição interna desse excedente entre as diferentes classes ou grupos que dele se apropriam. Como uma formação social é um complexo organizado de vários modos de produção, o excedente gerado nessa formação não é homogêneo. Existe uma adição de excedentes com origens diferentes. Uma questão essencial é a de saber em determinada formação concreta qual modo de produção é predominante, e, portanto, qual é a forma predominante de excedente. Uma segunda questão é saber em que proporção a sociedade vive do excedente gerado por ela própria e do excedente transferido com origem em outra sociedade, ou, dito em outra forma, qual a importância relativa que nela ocupa o comércio a longa distância". Convém lembrarmos que Samir Amin debruça-se sobre o que denomina "formações sociais periféricas", que é o caso da formação social brasileira, uma formação com dominante capitalista.

Parece clara a combinação das duas propostas: para a compreensão do processo de produção e expropriação dos excedentes, é preciso conhecermos as relações de produção existentes na formação. E vice-versa.

O estudo mais e mais preciso do conceito e articulação de formação econômico-social e de modo de produção, a par do estudo minucioso da economia política, das instituições e da ideologia, sem o qual não se pode mergulhar fundo na compreensão de uma formação econômico-social, e a convergência de tudo isto ao estudo do conceito, forma e processos da formação espacial, eis o que nos parece que é necessário para um bom trabalho de construção teórica do espaço.

Resta lembrar que o processo de teorização só ganha concretude e vigor se realizado no interior da práxis.